

A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO

“Valorizar os saberes indígenas, com seus complexos sistemas de pensamento, proporcionando aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias”



A educação escolar indígena: “constitui modalidade de ensino, definida nos termos do Decreto nº 6.861/2009 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, devendo ser garantidos princípios como igualdade social, diferença, especificidade, bilinguismo e interculturalidade”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (2001) menciona: “valorizar os saberes indígenas, com seus complexos sistemas de pensamento, proporcionando aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias”. Não se pode precisar a quantidade de povos indígenas no Município e Estado do Rio de Janeiro, pois temos dois contextos: os indígenas em contexto urbano e aldeamento. Há clara intenção do estado que as pessoas anulem suas identidades, seja elas negras e indígenas. O discurso palaciano dos dirigentes oficiais: “é da integração nacional, um só povo”; o que não procede. No Plano Estadual do Rio de Janeiro, página 23, instituída pelo Decreto n.33.033/03, criou a categoria “escola indígena” no âmbito da Educação Básica.



Dedico este trabalho (in memoriam)

Miguel Karai Benite (121) que no lançamento de Consulta Prévia: Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirin – Guarani Mbay, resumiu tudo a respeito de Juruá: “O povo guarani respeita Juruá, mas o mesmo não ocorre com os Guaranis, porque Juruá não respeita nada.”

Domingos Venite (68) Cacique da Aldeia Sapukai Município de Angra dos Reis, que na reunião realizada na Aldeia Araponga, reunião do CEDID, (31/05/19, tecendo comentários a respeito da sua participação comunitária relatou: “Quero me desculpar por não estar tão ativo em participação, pois o trabalho vem me consumido, mas agora quero estar mais com vocês. Antigamente agente andava pela mata para chegar a um destino; acendia uma fogueira, pois não tinha cerca. Hoje se a gente andar por ai podemos nos deparar com o Juruá e gerar um problema, pois, está tudo cercado. Mas ainda assim, apesar das diferenças políticas e culturais. Tem brancos que ainda se preocupa com os guaranis. Cada povo indígena tem seu modo de ser, mas o pai é um só Nhanderú”.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem o objetivo, de traçar um panorama da Educação Indígena no Estado do Rio de Janeiro, a partir da Resistência ao Etnocídio de Estado, perpetuados ao longo dos anos aos povos originários, que vivem em aldeamentos no Rio, em particular, aos povos Guaranis que vivem nos Aldeamentos em Angra dos Reis, Parati e Marica, Aldeias: Mata Verde BONITA- MARICA/Tekoa Ka' AguyOvy Porã; Ka'aguyHovy Porã; São José do Imbassai/Ka aguy Hovy Porã; Guarani Mbya, Araponga/Tekoá Guyraitapu Pygua; Guarani Nhandeva, Rio Pequeno; Guarani Mbya TekoaItaxi Mirim; e Aldeia Pataxó, KãnPataxiUi Tanara. No Contexto Urbano, Faremos um breve balanço da Ocupação da Aldeia Maracanã, cujo o objetivo é a transformação do Antigo Museu do Índio em Universidade Indígena e/ou Centro de Convivência dos Povos Ameríndios e por último: a Aldeia Vertical localizado no Conjunto Zequeti na Praça Onze, oriunda de acordo com o Governo, após serem expulsos da Aldeia Maracanã. Através dos relatos das reuniões e demandas apresentadas nas reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado Rio) no contexto Urbano, como in loco nas Aldeias, Buscaremos no presente trabalho, sintetizar os principais demandas para o perfeito funcionamento das escolas, como: A falta de professores indígenas e/ou concursados para as escolas em Contexto de Aldeamentos.; Falta de material didático e pedagógicos; Eleição para Diretores de Escolas; Reformas dos Equipamentos de Escolas e Salas de Extensão; Disponibilidade de internet para Escolas e Salas de Extensão, Cursos de qualificação profissional para alunos preparando para o mercado de trabalho, priorizando a vocação das aldeias para o artesanato, dentre outros. Como sabemos a tradição e passagem do conhecimento aos povos originários materializa-se pela oralidade. Ontem como hoje, a cultura do saber cosmológico, está alicerçado pelo conhecimento adquirido pelo pajés, anciões e griôs, que são passados de pai para filho neto, bisneto, tataraneto as futuras gerações, impactando o modelo ocidental de mundo, que considera a escrita a única forma de conhecimento.



"Há clara intenção do estado que as pessoas anulem suas identidades, seja elas negras e indígenas".

“A Deliberação CEE-RJ nº 286, de 09 de setembro de 2003, foram estabelecidas as normas para a autorização, estrutura e funcionamento destas Escolas Indígenas, ao que se sucedeu a criação da Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, situada na aldeia Sapukai, no município de Angra dos Reis e das Salas de Extensão Tava Mirim (aldeia Itatim) e Karai Oka (aldeia Araponga), ambas no município de Paraty”. Segundo o documento de fácil acesso em redes sócias, que está desatualizada: as três escolas indígenas apresentavam, ao todo, 249 alunos matriculados no Ensino Fundamental, dividido em quatro ciclos, com duração total de dois anos. Esses alunos são atendidos por sete professores bilíngues guaranis Mbya, que foram contratados mediante a Resolução SEE-RJ nº 3.279, de 25 de agosto de 2006. Atualmente no âmbito do Es-

tado do Rio de Janeiro, foi instituído através do Decreto n. 46.218. Em 2018. Outro passo importante foi a criação do CEDIND- Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro, “órgão colegiado permanente com caráter consultivo no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SED-HMI), responsável pela coordenação do Cedind”. Ainda consultivo, mas já com grande atuação tanto no Contexto Urbano e Aldeamento, vem desempenhado papel preponderante na defesa dos povos da floresta. Entre as principais atribuições, o conselho atua: “Encaminhamento de denúncias de violações dos direitos indígenas; Fomento e desenvolvimento de programas sociais, econômicos, culturais e educativo”. Ao total são 24 membros Efetivos com seus respectivos Suplentes: divididos por 6 em contexto

de aldeamentos e 6 em Contexto Urbano e por entidades em Defesa dos Direitos Indígenas. Além da participação de Conselheiros, representantes de secretarias respectivas: educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente e outros. Além da presença de convidados permanentes: UFRJ/Museu Nacional, UNIRIO, UERJ, ABA, UFRRJ, Fundação Darcy Ribeiro, Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e outros. Para melhor operacionalizar o Conselho foram instituídas Comissões Temáticas, por Eixo de atuação: Comunicação, Educação e Cultura; Território e Meio Ambiente, Saúde e Saneamento; Planejamento Monitoramento e Avaliação, Economia Solidária e Orçamento. Para o ano de 2021, já foram aprovados o “Plano de Ação” com as respectivas estratégias de ações. Recente, a Comissão de Educação agendou uma pauta com

o Secretário de Educação para tratar dos gargalos da Educação Escolar Indígena, onde apontou as seguintes demandas urgentes: Criação do Cargo de “Professor Indígena” para atuação nas escolas estaduais e em sala de extensão: Paraty, Angra dos Reis e Marica, e/ou ampliando para as escolas estaduais; Conexão Digital nas escolas, para facilitar o acesso à internet; Reforma, pintura da Escola e Extensão; Eleição Direita para Diretores; Envio de Material Didático e Pedagógico; Apoio logístico para permanência do professor no seu deslocamento para as aldeias, como: hospedagem e transporte; Criação de Escola específica de Magistério para formação docente e capacitação de professores indígenas e não indígenas dentre outras prioridades.



Aldeia Mata Verde Bonita – Maricá/Tekoa Ka' AguyOvy Porã:

No dia 27 de Fevereiro de 2019, estivemos presente na realização da V Reunião Ordinária do CEDIND/ Conselho Estadual dos Direitos Indígena na Aldeia Mata Verde Bonita, com a presença de Conselheiros do Contexto Urbano e Aldeados, além de várias autoridades dos entes federados da administração pública em instância municipal, estadual e federal, para tratar de temas, como: Ocupação do Território Guarani (Tekoa Ka' AguyOvy Porã); Contratação de Professores Indígenas e Reforma na Escola Guarani. Pelo que tomamos conhecimento: a aldeia sofre com problemas os mais variados de infraestrutura devido a situação atual da não legalização do território. Conhecendo a os guaranis por relatos da imprensa, portal das Nações Unidas de 17/12/17, pela equipe da (UNIC Rio): AAldeia Mata Verde Maricá:

[...] “A língua guarani mbya é difícil de ser esquecida. Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas nós trabalhamos com isso, vivemos com isso, é a nossa cultura”, diz. “Falar a língua materna indígena mantém as crianças pensando em guarani e sonhando em guarani”, afirma o professor Domingos Nobre, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nobre explica que a educação tradicional indígena é um fenômeno social em que os mais velhos transmitem seus conhecimentos às gerações mais novas, por meio dos exemplos e do convívio comunitário. “Ela se dá de forma contínua, regular

e está baseada prioritariamente na tradição oral. Não depende, portanto, de escola nem de escrita”, afirma o educador. Para ele, a implantação de escolas indígenas bilíngues, diferenciadas e interculturais representa a imersão de crianças e jovens no universo do letramento. “As escolas possibilitam o uso da língua portuguesa para a defesa de direitos étnicos, permitindo a inserção de jovens lideranças num campo de disputas simbólico, onde a escrita e os conhecimentos ocidentais pesam para uma maior conquista de direitos sociais, como à saúde, à terra e à cultura”, afirma o professor. (Site/povos indígenas do Brasil, 2017).

Sobre a ocupação da Aldeia Mata Verde Bonita “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”, nos conta Darci Tupã: que a ocupação foi uma articulação política na comunidade guarani com a Administração Municipal de Maricá, em diálogo com o ex-prefeito o Ex. prefeito, Quaquá, após ataque criminoso na Aldeia Mata Verde Bonita no Bairro São José do Imbassaí- Restinga de Maricá. Sobre a Língua e a Educação Indígena, e ocupação de Território argumenta Tupã, (Idem, Nações Unidas ONU,2017).

“Aqui onde estamos sempre foi rota e caminhada natural dos guaranis. Temos uma história muito linda com o povo de Maricá, sem nunca abrir mão de nossa cultura. A melhor maneira de promover nossa causa é recebendo as pessoas na aldeia, seja pelo esporte, turismo, educação. E muitas vezes, por causa das políticas mal dirigidas à

nossa cultura, nós pisamos em espinhos. Mas com tantas caminhadas, já estamos calejados. Então, que esse espinho possa se quebrar e nossos pés possam se curar para que nunca se ande para trás, sempre para frente. E a palavra que eu encontro em guarani é ‘mbya ete’: forte”.

A professora História da rede Municipal de Angra dos Reis/RJ. Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Culturas (GPMC), militante da causa indígena e sindicalista. Doutoranda, Katia Antunes Zephiro1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Aloísio Monteiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC/UFRRJ). Professor da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos de Tradições Indígenas e Negritudes (NETIN) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) disponibilizado na Rede na ABATIRÁ - REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1: n.2 Jul. Dez: 2020. p. 1- 754 ISSN 2675-6781, com a relação à pedagogia indígena, analisou:

[...] “Numa educação intercultural os conhecimentos dos de dentro (dos povos indígenas) e dos de fora (de matriz europeia) deveriam ser ensinados de forma simétrica e dialogando de forma atender os projetos comunitários de futuro do povo ao qual vai atender. Assim haveria a garantia de que esses

povos conseguiriam dominar os conhecimentos da sociedade envolvente para enfrentar os desafios colocados por ela e trabalhariam a manutenção e conservação dos seus conhecimentos e tradições que devido aos ataques sofridos por séculos, muitas vezes acabam se enfraquecendo”.

[...] Essa educação escolar é a intercultural que garante que os conhecimentos indígenas estejam dentro dela, numa situação de igualdade com os conhecimentos ocidentais. Nem todos os processos de escolarização garantem essa alternância de conhecimentos de forma simétrica e justa, mas esse é um desejo e uma luta dos povos indígenas quando se fala de educação escolar. Não mais uma educação para integrar, assimilar e promover o epistemicídio e a subalternização dos conhecimentos indígenas, mas uma educação que promova a ecologia dos saberes (SANTOS & MENESES, 1988)”. Analisou.

A escola ainda é muito precária já que está funcionando em um container, com carência de professores, material didático, instalações físicas pedagógicas, e/ou mesmo a criação de uma escola guarani. O argumento para a sua melhoria esbarra sempre no discurso que a área é ocupada. No presente a Coordenação da Comissão de Educação e Cultura, busca junto ao secretário de Educação do Estado do Rio, a solução definitiva para a contratação de uma escola descente e a contratação de professores indígenas para o seu pleno funcionamento.



Aldeia Ka`aguy Hory Porã – S. José do Imbassai Marica: 25/10/19



Em Vinte Cinco de Outubro de Mil Novecentos e Noventa e Nove, estivemos em Reunião Ordinária na Aldeia Céu Azul, para levantar as demandas da comuna indígena, para dar prosseguimento às reivindicações nas áreas: “educação, saúde e território”. A reunião foi aberta pela Conselheira Luana Braz da (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), devido as ausências justificadas dos presidentes Carlos Tukano, Contexto Urbano e Nino Vera, representantes dos Aldeados. Após os informes de praxes, Foi dada a palavra ao Cacique Felix, que saudou todos os presentes, falando do imbróglio da manutenção no território, e que já tem uma articulação com a prefeitura de Maricá, para um novo terreno. A princípio aguarda o desfecho com a prefeitura. Luana Braz sugere uma nova reunião com o procurador, e a prefeitura de Maricá, para formalização do Terreno. Vanderlei da Silva pede a fala e explica que a aldeia está com um plano de mudança e com a ajuda do Município, da Secretaria de Direitos Humanos e do Prefeito. “Já está tudo pronto só faltando algumas atualizações do procurador, e que a aldeia está com muitas expectativas”. Argumentou que Cacique Felix gostou do terreno, pois lá tem um espaço maior, que dá para utilizar com o plantio, a criação de animais, entre outros projetos que foram pensados para o local. O Cacique Felix, diz ter dúvidas da mudança do Local, porque até o presente não recebeu documentação, que comprove oficialmente a propriedade ou termo de posse do local. Representando a Prefeitura de Marica, a Sra. Maria Oliveira, disse que já consta estudo do local e apresentou a planta do local, explicando os pormenores do lugar, bem como, as futuras ações que irão acontecer ali naquela terra. Ela diz que só está aguardando o procurador do município de Maricá se pronunciar, para elaboração da escritura com o Termo de Doação. Com a palavra Toni Lotar indigenista, lembrou que a FUNAI já esteve no local para verificar se a área é viável e que segundo ele também estão de acordo. Disse também que a EMATER já esteve no local verificando possibilidades para criação de peixes e que o ITERJ irá fornecer um topógrafo para contribuir com o trabalho. Com relação a situação da educação indígena no território

A professora Rejane Macedo, da Escola Municipal indígena Guarani Kyringue Arandua, de Itaipuaçu, aproveitou para comentar a real situação da escola, onde traçou um panorama da situação atual. A mesma falou que a escola contam com dois professores não indígenas concursados e dois professores contratados guaranis que são professores atuantes dentro de sala de aula, Segundo Rejane Macedo: “A escola é constituída com turmas de Pré-II até o 5º ano e trabalhando o currículo da base nacionalcomum curricular”.

A Conselheira Marize Vieira, Coordenadora da Comissão de Educação do Cedind, falou que é importante ter na Secretaria de Educação de Marica, indígenas que possam fazer intermediação com as escolas indígenas. A Professora Rejane Macedo, concordou e disse que a Sandra Benites e Carol Potiguara, fizeram essa intermediação, porém, com divergências de metodologia de ensino e pesquisa, houve conflito de interesses com as Aldeias, levando ambas se afastarem. O indigenista Toni Lotar concordou com os argumentos, dizendo que realmente foi o que aconteceu. Continuando: A professora Rejane Macedo, reiterou falando que o trabalho dos professores é muito bom. Perguntado se o material didático é em guarani: a mesma respondeu que não, mas que está sendo providenciado. Com relação ao quantitativo de alunos na escola, Rejane disse que no total a

escola possui 15 alunos matriculados; no 5º ano tem três, quatro no 4º ano, e oito alunos no pré-II, e no segundo ano. A faixa de idade dos alunos de 16 e 17 anos, é o 5º ano. “Estamos acompanhando os alunos em outras escolas e também vendo a possibilidade deles fazerem o EJA”, disse. A Marize Guarani, disse que há uma demanda em São Jose do Imbassai e Paraty Mirim, e que temos que pensar em trazer para aqui escola para jovens e adultos para cá, pois os alunos sofrem bullying, “que é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas”. Resumindo, a professora Rejane disse que compreende a situação e fez os seguintes relatos:

[...] “Portanto é feito um trabalho diário a respeito da cultura guarani, lembrando que faz parte da escola um professor de educação física que conta também com uma perspectiva de adaptação de currículo nessa parte, a escola funciona regularmente com visitas de inspeção escolar da Secretaria de Educação e as outras Secretarias que vão fazendo também um trabalho Inter sensorial. Ela enfatiza que a saúde igualmente visita a escola, pesa, mede e avalia os alunos, e quando se faz preciso os Direitos Humanos também são acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, quando acionados, ela continua

sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, como o cardápio, é de acordo com a cultura guarani existindo então uma adaptação no cardápio respeitando essas especificidades, que é feito o pedido de merenda em um formulário que conta uma parte exclusiva para alimentação indígena, onde a mesma pode fazer pedidos específicos como trigo, fubá, milho entre tantos outros itens da culinária guarani, e a merendeira é uma funcionária indígena guarani. Ela ressalva que tudo é feito com acompanhamento de nutricionista. Sobre os recursos pedagógicos contam com uma biblioteca repleta de livros, disponibilizam material de uso pessoal assim como o uniforme, o tênis e lembra que recebem agora um parquinho que irá ser instalado na área externa. (Resumo: Ata Ordinária Sumaríssima Cedind - 25/10/19).

Finalizando a Assembleia Geral, o Cacique Felix encerrou a reunião dizendo estar muito feliz com o encontro. “Eu não esperava que essa reunião transcorresse do jeito que foi.

Porém, graças a “Nnhanderu” veio uma luz e o caminho certo. Espero que possamos mudar e sei que é um desejo de todos das aldeias. Todos estão ansiosos para essa mudança e não vejo a hora para nós estarmos morando nessa nova aldeia” agradeceu.



Educação Indígena – Araponga

A Assembleia Geral Ordinária do CEDIND, foi realizada na Aldeia Araponga, em 31 de maio/2019, na “Te-koáGuyraitapuPygua” (pronunciada/GuãraitapúPá'guá/). A aldeia é conhecida pelos não-indígenas como Aldeia Araponga. A aldeia está localizada em comunidade indígena guarani no município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, em unidade de conservação ambiental no Distrito de Patrimônio. Abrindo a solenidade. O vice Cacique Nino Weraí', presidente do CEDIND, representante dos povos Aldeados, parabenizou a todos os presentes, relatando os principais pontos importantes ao seu ver: “O objetivo principal da presença de todos, aqui em Araponga, é conhecer os problemas de perto e ver a nossa realidade, principalmente no acesso pela estrada que liga a aldeia. Além disso: temos o problema da iluminação elétrica precária em Araponga; Os problemas do atendimento de saúde e de educação, pois, estamos sem médicos, sem a contratação de professores, e não dispomos de material pedagógico, para o funcionamento da escola. São muitos assuntos para tratar, porém, algumas conquistas estão a caminho como: Já podemos observar a melhoria da estrada para chegar em Araponga. As coisas estão acontecendo, mesmo que imperceptível”, salientou Com relação as demandas de Educação Nino Vera comenta: “A Escola- Extensão de Araponga, não tem nada: não tem professor/ material didático ou recurso para a escola funcionar”, externando revoltosa. Em seguida foi dada a palavra ao Alexandre da Juventude indígena que comentou que a grande dificuldade dos jovens indígenas era a repetência: “Foi muito difícil a continuidade no ambiente escolar, pois, os obstáculos, preconceitos são muito grande. Consegui terminar o fundamental e o básico com muitas dificuldades. Fui

para Ubatuba que tem uma escola de ensino médio regular, que são mais sensíveis aos indígenas. Minha meta e fazer o ENEM e curso de cinema para divulgar o nosso saber, a nossa cultura. Dessa forma penso em compreender as nossas dificuldades na área de saúde e educação. Tenho aprendido muito com os mais velhos da aldeia, e é isso que nos dar força para continuar. Alguns brancos até procuram saber sobre nossa cultura e eu explico a eles. Mas, mesmo assim nos criticam e isso a gente percebe no olhar”. Concluindo, Finalizou: “Acho que faltam os pais dos alunos um conhecimento maior sobre os povos indígenas”, reclamou.

Em prosseguimento o Sr. Nino Benite, pediu aos conselheiros que assumam a responsabilidade de enviar denúncia aos órgãos competentes sobre a falta de livros e professores na escola da aldeia Araponga Com relação a educação, Nino Benite, diz estar tranquilo, pois a diretora, prometeu fazer investimento na escola. Aproveitou também para questionar a todos: ‘Qual o motivo para não ter investimento na Aldeia Araponga?’ “Eu tive que colocar minha filha em Patrimônio para estudar, pois aqui não tem condições de aprender nada” sinalizou. E isso é muito ruim diz: “Os jovens estão deixando a aldeia para ir para a cidade. A professora saiu da escola e não houve ninguém para ser posta em seu lugar”. Com relação à infraestrutura, “Falta material didático e pedagógico; professores e material escolar. Temos que fazer uma reunião com todos os caciques e os responsáveis pela educação indígena para tentar criar condições de se fazer um ensino feito por indígenas com uma estrutura apropriada”, Acrescentou. Com relação ao apoio a permanência do professor na cidade. Nino diz que as aldeias são de difícil acesso, sendo

necessário alojamentos para que os educadores permaneçam durante a semana. Com relação ao transporte para chegar na Aldeia Araponga, Nino Benite comentou: Com relação a demandas da situação da Aldeia Araponga, vejamos a Ata Sumaríssima Cedind, dia 31/05/19.

[...] O colégio Bracuhy é o único que tem formação até o ensino médio de alunos indígenas com ensino de professores formados também indígenas. Porém apenas o colégio Bracuhy sozinho não dá conta de todos os alunos indígenas aldeados. O Sr. Nino fala que daqui a 15 a 20 dias irá haver uma reforma na escola, que já está sendo feita em Rio Pequeno. Porém admite que isso já é uma promessa antiga, feita pela prefeitura e pelos órgãos da Secretaria de Educação, que enquanto fazem promessas tiram mais tempo dos indígenas, que continuam sendo obrigados a deixar a aldeia para rumar a vida longe do restante da família, sofrendo cada vez mais com a exclusão social. A Sra. Marize é membro, no entanto ela pede formalmente a secretaria de Educação que compareça na aldeia para fazer o levantamento de dados de tal forma que torne possível lecionar para as crianças residentes do local. O Cacique Domingos da aldeia Bracuhy já a 3 anos como cacique, técnico de enfermagem e motorista foi convidado a participar da reunião. Ele quer respeito da Educação com a comunidade indígena”

Finalizando a reunião, o Pajé Cacique Acende Fogo, Augustinho da Silva, agradeceu a presença de todos, se dizendo entusiasmado pelo sucesso da reunião e cobrou providências as demandas apresentadas.



Rio Pequeno - Guarani Nhandeva

Em, Vinte Oito de Junho de Dois Mil e Dezenove, em Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – CEDIND, em prosseguimento as reuniões descentralizadas A reunião começou com a fala do Cacique Demeio onde o mesmo fez um balanço das principais demandas da Aldeia, a começar pela Demarcação do Território junto a FUNAI e o Governo Federal, pois o estudo antropológico já foi feito e se faz necessário o prosseguimento do estudo. Segundo o Cacique Demeio, muita gente tem ocupado o território esperando indenização do governo e muitos dos indígenas estão sendo ameaçados por posseiros. A prefeitura de Paraty tinha assumido um compromisso com os indígenas, mas o que estamos vendo, é a prefeitura virar as costas para a comunidade. “Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias” argumentou o cacique Demécio. Após o relato o Cacique Carlos Tukano presidente do CEDIND do Contexto Urbano e o Vice Cacique Nino Vera, presidente respectivamente dos Aldeados, saudou todos presentes dizendo: Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias.

Com a fala representando as mulheres Guaranis, a Sra. D. Teófila, da aldeia -Tekoha- DJE'Y, Paraty, RJ, que reforçou as palavras do Cacique Demécio, afirmando que a preservação da natureza



za faz parte da identidade indígena guarani: “Os índios não estão destruindo a natureza. Bem aqui perto, tem pastos que danifica o solo, e nós aqui não destruímos a natureza e por isso queremos a demarcação de nossa terra” ratificou Em resumo da discussão sobre a Demarcação de Rio Pequeno a representante da FUNAI, a Sra. Rosângela argumentou. Sobre a Aldeia Rio Pequeno:

“A necessidade de respeitar o tempo das comunidades. Além disso, em seu depoimento relata que o cacique da aldeia Rio Pequeno o Sr. Demécio, comprou as terras ali estabelecidas, e que o termo de compra está na FUNAI e garante os direitos indígenas sobre a terra. Existe um roteiro de qualificação para garantir a demarcação de terras e um grupa-

mento de demarcação de terras, com isso a prefeitura de Maricá juntamente a FUNAI colocaram as terras sob ordem dos órgãos responsáveis. O estudo preliminar que foi feito em Rio Pequeno garantiu a terra do cacique Demercio, dado o fato informado de que ele comprou aquelas terras já há muito tempo, porém há muito interesse na questão da terra graças à especulação imobiliária. Porém o desenho proposto não dá a entender que o estudo foi pré-elaborado, a contestação dos vizinhos vai começar uma disputa jurídica, já que o cacique da aldeia comprou o ‘Termo de Posse’. A intervenção pública pode frear o desmatamento, porém não há amparo do município, “Paraty parece às vezes não querer os índios na terra” alega o Sr. George Mendonça Martins, em seu

depoimento, conta sobre a importância da participação do Estado na aldeia, e diz que se preocupa que o documento elaborado na reunião não chegue às autoridades responsáveis. Sobre a presença do IBAMA na aldeia Rio Pequeno: Disse, ser necessária uma aliança entre indígenas e o conselho os indígenas, concluiu”. (Resumo: Ata Sumaríssima Rio Pequeno 26/06/19)

Com relação a questão educacional, a Coordenadora da Comissão Setorial de Educação Marize Vieira do CEDIND, disse que gostaria de saber, se estão entrando recursos da Secretaria de Educação nas escolas indígenas. Pois, no concreto não dar para perceber de concreto, se efetivamente as melhorias nas Escolas das Aldeias estão acontecendo, e questio-

na-se: “As escola faltam professores. Na verdade o que falta de fato para haver uma melhora na educação indígena”? Continua:” Ela diz que mesmo com a falta de professores de português e matemática. E os alunos continuam se formando”. Tem que haver uma compensação sustenta: “Ela exige uma política de compensação para os alunos que se formaram sem as aulas necessárias de matérias importantes, como português e matemática, que não podem ser dispensadas”. Com a palavra a Sra. Rônia, diretora do Colégio Indígena Estadual Guarani KaraiKuery Renda, diz que viu muita coisa que não concordava, que constatou, que a SEDUC não parecia ter ciência do que estava acontecendo dentro do colégio indígena. Vejamos o que diz a Ata Sumaríssima; 28/06/19:



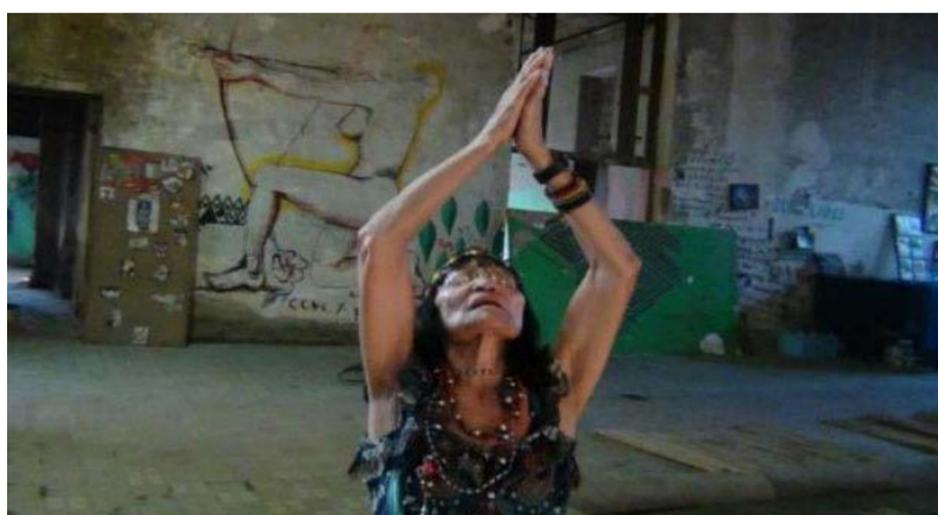
"Sem conhecer o Indígena não dá para conhecer nosso País"

[...] Ela diz que muito do que ela esperava que mudasse não mudou, e assim ela chegou a diretoria de educação, e lá ela pôde expor a realidade da causa indígena, calendário irregular, terminando dia 31 de Maio, o calendário escolar da escola indígena não bate com o do restante das escolas, ela conseguiu apoio de um parlamentar para tentar readequar a situação. A diretora do colégio indígena analisa a demora dos professores indígenas serem contratados se dá graças ao esquecimento do Estado com os indígenas. Estão consertando muitas coisas, e uma das situações dos contratos foram melhoradas, porém ela diz que a situação da educação indígena no Estado do Rio é a pior do Brasil, o professor indígena não é formado em Guarani, por isso está tendo dificuldades para dar aula para os alunos, é necessário por questões de pedagogia que os professores indígenas tenham alfabetização em Guarani. Ela relata que a direção da escola foi ouvida pela primeira vez, que quem pisa nas aldeias para ouvir os indígenas são os diretores da escola indígena, a Sra. Ronia diz que haverá novas contratações de professores tanto indígenas quanto "Juruás" para trabalharem em conjunto na alfabetização das crianças indígenas. "E Araponga também irá começar a obra agora diz ela, e conta que há uma oferta de trabalho para trabalhar nas escolas indígenas tanto dos indígenas quanto dos não indígenas".

Com relação as demandas de Educação nas Aldeias, o jornalista Bruno Affonso, relatou a precariedade das instalações das escolas indígenas de Paraty: em reportagem no jornal Extra de 06/09/15.

[...] "Sem conhecer o indígena não dá para conhecer nosso país. Estudar não é programa de índio em Paraty. As três escolas em áreas de tribos Guaranis, que são consideradas rurais, foram fechadas no fim do ano passado por falta de professores — e só reabriram, em duas delas, no final de agosto. Outra segue à espera. Enquanto isso, as crianças ficaram sem aula ou foram para os colégios em áreas urbanas. — Os colégios da cidade não atendem as necessidades deles. Aqui eles aprendem tudo na língua guarani. Além disso, há problemas no transporte. Os alunos de Rio Pequeno, por exemplo, precisavam às vezes andar até quatro horas para chegar à escola — contou um professor da região que trabalha com os índios. [...] A Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda tem a sede em Bracuí, Angra dos Reis, e três salas de extensão, em Rio Pequeno, Paraty Mirin e Araponga, todas em Paraty. O prédio principal tem quatro turmas e duas salas. No ano passado, ela atendia 132 crianças de 1º ao 5º ano. As salas de extensão — que, em teoria, fazem parte da mesma escola, mas estão em locais diferentes — é que sofrem com a falta de professores. — Moramos a 10km do vilarejo mais próximo onde tem uma escola urbana, mas elas precisam de uma educação específica — conta Tupã Poty, índio de 50 anos que reúne as crianças em um projeto de arte e educação: — Eu ensino um pouco de português e matemática através de trabalhos artísticos. [...] A Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda tem a sede em Bracuí, Angra dos Reis, e três salas de extensão, em Rio Pequeno, Paraty Mirin e Araponga, todas em Paraty. O prédio principal tem quatro turmas e duas salas. No ano passado, ela atendia 132 crianças de 1º ao 5º ano. As salas de extensão — que, em teoria, fazem parte da mesma escola, mas estão em locais diferentes — é que sofrem com a falta de professores".

Após o levantamento das demandas realizadas na Aldeia Rio Pequeno a serem encaminhadas ao CEDIND. O presidente Carlos Tukano, disse que todas as demandas foram anotadas pela Secretaria Executiva para as providencias necessárias.



Aldeia Sapukau/Bracuhy – Cedind em 30 de agosto de 2019

Abrindo a solenidade, o Presidente Carlos Tukano, do Contexto Urbano, dar por aberta solenidade, dando boas-vindas a todos e todas presentes, lembrado que o ciclo de reuniões descentralizadas nas aldeias, como pactuado foram realizadas com sucesso. Aproveitou também para informar que o Cacique Domingues e o Vice-Presidente Nino Benite, não puderam comparecer por motivo outros. Em seguida passou a palavra para o vice cacique Aldo Fernandes Ribeiro da Aldeia Sapukay que abriu a solenidade, na ausência do Cacique Domingues, falou representando a aldeia. O mesmo agradeceu a presença de todos e pediu para que falássemos primeiro para ele tomar conhecimento dos fatos, e em seguida falaria a respeito. Em seguida foi dada palavra ao professor Argemiro da Silva, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio, para colocar a respeito dos problemas da Educação Indígena. Com a palavra, Argemiro contou que a educação se encontra muito precária, questionou a ausência da FUNAI que deveria estar atuando e simplesmente não aparece para ajudar a população. Lembrou que há 30 anos foi formada a primeira turma de magistério Guarani, a primeira do Rio de Janeiro. Disse estar feliz com a inclusão (português/Guarani), na formação bilíngue. Luana Braz fez um retrospecto dizendo que a Mesa Diretora do Cedind, deveria criar um protocolo de demandas, e apresentar a Comissão de Educação, para que se possa avançar as demandas de educação. Esclarece que a comissão é Permanente: “Deve-se extrair dali o que de imediato se pode atender as Aldeias com a criação de uma cartilha para com temas relacionados, para que a partir daí: sejam feitas capacitações com os funcionários, para que possam estar preparados para agir diante

da população indígena’. Com relação ao ensino médio, Argemiro diz que vê muitas crianças saindo da Aldeia para conseguir se formar fora, e pede devida atenção. “É que as vagas em escolas tradicionais não adianta, pois, o ensino tem que ser diferenciado”. Continua: “Depois de 13 anos na escola comunitária, o Estado tomou posse do prédio e intitulou como escola”. Porém no seu entendimento: “Escola tem que ter: banheiro, refeitório, secretaria, sala de informática e todos os direitos que tem os brancos. O Estado precisa contribuir com a estrutura correta”, conclamou. Lembrando: a Coordenadora de Educação Mariza Vieira, disse que questionou Diretora Rônia em Rio Pequeno, e a mesma respondeu que os alunos terminaram o 9º ano e estavam com diploma e em Paraty Mirim também. Quando perguntado como iria compensar a falta dos professores de português e matemática que nos últimos dois anos não tiveram as matérias. A mesma limitou se a dizer que estava resolvido. “O engraçado é que ninguém da Aldeia está sabendo nada a respeito”. Continuando:

“Sobre o ensino médio a mesma disse que iriam começar já”, Mariza Vieira sugere que seja feita uma denúncia, porque, é racismo institucional. “O Estado é racista com a população indígena em todos os sentidos, assim como: saúde, educação, direito a água potável e saneamento”, sentenciou. Com a palavra o Conselheiro Reinaldo Cunha sugeriu encaminhar a comissão de educação, para agendar uma reunião com Secretaria de Educação, com a seguinte pauta: Contratação de professores, e a situação das matrículas no ensino médio”. O Conselheiro Sérgio Ricardo, Grumim, disse que os jovens irão perder mais um ano letivo e co-

brou providências: “Isso é uma questão muito séria, pois devemos comunicar a Defensoria Pública do Estado e a Defensoria Pública da União que estamos em setembro, e os alunos das aldeias estão sem aula e nada acontece”, sugeriu. Conhecendo as demandas de Educação através da Ata enviada ao Cedind, pelos Aldeados de Sapucaí, em 5/11/19. “A reunião iniciou com a comunidade falando sobre os problemas que a afligiam. Lino: levantou os problemas junto à comunidade e lideranças com relação ao magistério indígena e os problemas que os afeta com relação aos problemas causados pela a direção da escola. Ele relata que o problema começou com a reclamação do transporte e da organização das salas. Ele afirmou que a diretora é preconceituosa com a comunidade e a discrimina. Explicou que o juruá não conhece a comunidade, e por conta de suas ações ela, a diretora é preconceituosa com as crianças. Já fizeram 3 reuniões que ele relatou estes problemas mas ela responde com ironia. Falou que é bom que o Cristino da FUNAI e eu representando o CEDIND estivéssemos presentes. Ela diz que faz o que a comunidade manda, mas não é isto que ela realmente faz. Não é ela que precisa e sim as crianças e a comunidade. Ela falou que iria começar o curso de formação geral e até agora não começou. Analisou que por falta da sala, estudam no CEAP, fora da aldeia, enfrentando a noite, chuva e preconceito. Estão fazendo esta reunião em busca de melhorias, e afirmou que quem colocou esta questão da direção foi ele”,

Finalizando a Reunião, o Cacique Carlos Tukano agradeceu aos presentes pelo sucesso, dizendo que o Cedind, é uma instituição que veio pra ficar e fazer.



Análise Conclusiva

A Educação Escolar Indígena no Estado do Rio de Janeiro, nesse ano que se inicia em 2021, em plena crise de pandemia, do COVID 19, acelerou os obstáculos não só aos estudantes indígenas, em Contexto Urbano como em Aldeamento. A começar pela impossibilidade do contato físico e da impossibilidade da ida dos Conselheiros do Cedind visitar as aldeias. Atualmente as reuniões tem sido online o que dificulta o contato direto com a comunidade. Com relação as demandas da educação; percebemos que falta uma aproximação maior da Secretaria de Educação com os Conselhos Instituídos: Seja o CEDIND e/ou CIEE. No Dossiê do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro, (2019), foram apontadas as seguintes prioridades: “1- Efetivar o Regime de Colaboração, construindo um Plano de Ação conjunto com Municípios de Maricá, Angra dos Reis e Parati, mediado pelo CEEEI-RJ, previsto na Constituição e na LDB; 2- Criar a Categoria “Professor Indígena” no Sistema Estadual de Ensino; 3- Convocar Concurso Público pra Professor Indígena pro CIEGKKR - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda; 4- Convocar Eleição Direta pra Diretor do CIEGKKR, com a participação de professor indígena na gestão; 5- Contratar professores do 1º Segmento, pois: a) Falta prof. na Aldeia Araponga; b) Falta prof. na Aldeia Iriri (Pataxó) em Parati. 6- Contratar 07 professores do 2º Segmento, pois: a) Falta professor de História na Aldeia Sapukai (Angra dos Reis); b) Faltam professores de Matemática, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Guarani, Educação Física e Artes na Aldeia Itaxi (Parati). 7- Implantar o Ensino Médio regular no Colégio Indígena; (com a construção de 3 salas de aula: uma para o Ensino Médio e 2 para o Fundamental) 8- Repor as aulas perdidas por falta de contratação de professores no calendário letivo do CIEGKKR para a necessária regularização dos anos letivos anteriores; 09- Implementar obras de infraestrutura nas Escolas, pois faltam salas de aula em: Sapukai (Angra dos Reis), Itaxi (Parati) e Iriri (Parati). As salas de aula do Fundamental na Aldeia Sapukai são em espaços comunitários improvisados e sem condições mínimas de trabalho, sujeitas à interdição por qualquer fiscalização; não há prédio na Aldeia Iriri; (Não há sala para o Ensino Médio, que vem sendo no CEAV a um custo de transporte mensal muito alto.) 10- Incluir ações de Educação Escolar Indígena no PAR da SEEDUC-RJ em diálogo com o CEEEI-RJ, garantindo maior transparência na aplicação dos recursos pra Educação Escolar Indígena; 11- Adquirir Material Escolar para todas as unidades; 12- Programar funcionamento da Secretaria na sede do Colégio Indígena na Aldeia Sapukai; 13- Reativar Sala de Informática no Sapukai e Parati Mirim; 14- Manutenção/Aquisição de equipamentos escolares para regularização da merenda Escolar. (“Faltam freezers e geladeiras”), dentre outros. A Comissão de Educação e Cultura do CEDIND, vem se esforçando para identificar os problemas e tem estabelecido um cronograma de reuniões, para uma agenda com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Secretário de Educação: Essa contribuições objetos de reuniões da comissão que está sendo construído um documento, foram apresentadas sugestões, e prioridades a serem encaminhadas ao Cedind as instituições como prioridade: “O Concurso Público para Educação Escolar Indígena de Ensino Fundamental e Médio; Ensino Bilingue, levando em consideração o reforço a língua indígenas, Ainda

como contribuição, o professor do Museu Nacional UFRJ, Dr.

Nicolas Alexandria, contribuiu ao relatório que está sendo produzido pela Comissão de Educação e Cultura, com as seguintes sugestões: .a) Planejamento de uma agenda de trabalho para definição de estratégias de mobilização das comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro para, a partir do seu protagonismo e interesses, garantir o seu direito constitucional à diversidade linguística, dando o suporte devido à iniciação dos processos de oficialização das línguas indígenas, num primeiro movimento, da língua Guarani Mbya, nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá, através da identificação e montagem de equipes locais; articulação com colaboradores externos; preparação do campo em cada aldeia nesses referidos municípios; .b) Mobilização social das comunidades falantes do Guarani Mbya, como língua materna, no Rio de Janeiro a partir da realização de encontros regionais, seminários temáticos, coleta de depoimentos com os falantes nativos, reunindo dados das aldeias em Angra dos Reis, Parati e Maricá, de modo a constituir um diálogo para salvaguarda das línguas indígenas com as instituições locais de base indígena; .c) Realização de pesquisa de campo e pesquisa documental por meio virtual sobre as línguas indígenas faladas no Rio de Janeiro. Em cada local, a pesquisa de campo será precedida por encontros/rodas de conversa virtuais, com falantes nativos, visando à mobilização social da comunidade indígena, detentora de uma língua indígena, como língua materna, e o levantamento de dados que irá embasar a elaboração do dossiê sobre a situação linguística das línguas indígenas no estado do Rio de Janeiro; .d) Elaboração da Documentação para instrução dos processos de oficialização da língua Guarani Mbya junto aos poderes públicos dos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá como forma de promover e incentivar a consolidação de políticas linguísticas, no estado do Rio de Janeiro, vinculadas à cultura, à educação e ao favorecimento da diversidade linguística; e) Elaboração de um documento técnico/relatório sobre as ações culturais promovidas pelas comunidades das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá de modo a dar a conhecer o calendário das festividades e a produção cultural indígena, que permitam colocar em relevo características específicas das manifestações culturais indígenas a partir da descrição detalhada de cada uma delas”. Ainda como vimos, o desafio maior é a capacitação de indígenas, para que possam atuar das próprias aldeias, já que são falantes bilíngues. Como ainda não se instituiu o concurso público, o ideal é que se contrate o professor indígena para início das aulas imediatas. Em 2019, conforme constatado pela Coordenadora de Educação Marize Viera, não houveram aulas de português e matemática e não foram repostas, o que considera um absurdo. O Ano de 2020 foi totalmente prejudicado com a pandemia, o que vem acarretando forte prejuízo aos indígenas. No presente a Comissão de Educação e Cultura, fez três reuniões com o Secretário da SEEDUC, Comte Bittencourt e sua equipe responsável pela educação escolar. Em uma live do Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro Claudio Castro em 14/01/21, o governador falou que visitara as Aldeias de Marica, Paraty e Angra dos Reis. Onde dará prioridade “Conexão de Internet”, A contratação de professores;

envio de material pedagógico etc. É aquele velho ditado: vamos ver pra crer”. Os desafios são enormes e os problemas são muitos. Esperamos que saiam do discurso para a prática. Como disse o Cacique Domingos Venite, na reunião na Aldeia Araponga (2019) já falecido, de Codiv 19: “Antigamente andávamos pela floresta, no caminho da onça, por esse mato a dentro e não acontecia nada. Hoje em dia se formos fazer isso, Juruá vai dar tiro na gente” reclamou, “Não podemos mais caminhar, pois tudo tem cerca, infelizmente”. Com relação ao ambiente escolar ocidentalizado que impõem uma disciplina a margem da comunidade, os Conselheiros são unânimes em repudiar essa escola. Pois a escola na prática ela já existe, ela está Lá, de braços abertos com sua arte, artesanato, língua, cosmologia e saber popular. Com o surgimento das redes sociais, o contato entre parentes e/ou não, aproximou-se muito. É possível a troca de experiência e intercâmbio cultural. Os jovens guaranis como disse o pajé cacique Algustinho da Silva, tem que sair da aldeia para as grandes cidades e isso é ruim. Mesmo pensamento tem o Leonardo, cacique Pataxó. A grande demanda é reforçar com infraestrutura inclusive com estadia para professores indígenas e não indígenas. Se bem que é pedir muito ao Estado. No presente estando as salas de extensão funcionando ou não, a cultura local é muito forte e transcende nossos portões civilizatórios. Em reunião em Araponga, o jovem Alexandre que se prepara para fazer o Enem disse que estudar em escola de Juruá é muito difícil, pois eles não entendem o que é ser indígena. Marize Vieira, disse em reunião com os Pataxós que ela como professora ainda em atividade, com mais de 30 anos de magistério, também sofreu “bullings” mas que isso foi superado na sua escola em Duque de Caxias, com trabalho sistemático com as crianças. Na Feuduc Duque de Caxias construíram uma Oca, é tocaram fogo. Eu tive a oportunidade de conhecer e ter aula de Ciências Sociais e Religião com o professor Albertal, que gostava da troca de conhecimento e sinergia na Oca. O grande questionamento que fica é o seguinte: A escola que queremos é ocidentalizada? Creio que não, pois o saber da onça está lá. Quando fomos visitar a Aldeia Araponga, depois do Almoço comunitário, pajé/cacique Acende Fogó falou: “Vamos acabar com essa comida ai, já está dando 15h, é hora da onça caminhar e não devemos deixar o cheiro se espalhar pela mata para não confundir a onça” reclamou. Ai perguntei: Será que ela vai atacar o curumim, retruei? Ele disse: “A onça conhece esse território, nos conhece. Mas Juruá está aqui e pode confundi-la, e não queremos isso, pois respeitamos a Onça e ela a nós”, resmungou. E continuou: Aqui próximo, tinha um caçador que saia todo dia para caçar onça e o dia dele chegou. Quando ele mirou na Onça, a arma falhou...e a onça atacou. Na mata existem mistérios, encantos, e respeitamos o seu espaço, por isso não saímos por ai para não mexer com a onça”, retrucou. A luta dos indígenas continuam, sejam na escola ou na academia do branco. Soa muitos os desafios...demandas... em um “Rio Carioca” ocidentalizado, encoberto pelo descobrimento. Descobrir o Descobrimento da América “Pindorama”, é uma tarefa de todos nós. A começar com o resgate da nossa língua e/ou línguas e saberes ancestrais. Os desafios não cessaram estão ai para ser descolonizado. Rio 15 de janeiro, 21, DC.

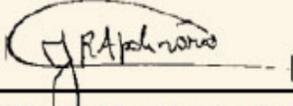
Certificação de participação em Congressos

III Congresso Internacional Mundos Indígenas

Agências, Direitos, Patrimônio e História Ambiental no
Passado e no Presente dos Povos Indígenas da América

CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que REINALDO DE JESUS CUNHA realizou a apresentação do trabalho intitulado A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO, na modalidade PÔSTER, no Simpósio Temático 6 - O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA E OS 10 ANOS DA LEI Nº 11.645/2008: EXPERIÊNCIAS, DISCUSSÕES E PROPOSTAS, no âmbito do III CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS (2021) realizado de forma virtual, entre os dias 02 e 05 de Novembro de 2021.



Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário
Coordenadora Geral

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho tem apoio da ALACORO/CASF



FUNCIONÁRIO PÚBLICO

**CASF FAZ ANIVERSÁRIO,
QUEM GANHA O PRESENTE É VOCÊ!**

SAÚDE CASF

CONDIÇÃO ESPECIAL
MÊS DE ANIVERSÁRIO

CASF - Caixa de Assistência dos Funcionários e Ex Funcionários Públicos Federais, Estaduais e Municipais.




FAÇA JÁ SUA ADESÃO!

WhatsApp 21 99260-8806 - Central: 0800 2862505

CASF FAZ ANIVERSÁRIO,
QUEM GANHA O PRESENTE É VOCÊ!

CONDIÇÃO ESPECIAL
POR TEMPO LIMITADO



Funcionário Público

PLANO SAÚDE CASF




ANS Nº 417742

SAÚDE CASF

CONDIÇÃO ESPECIAL
MÊS DE ANIVERSÁRIO



ANS Nº 993321

ANS Nº 417742

WhatsApp 21 99260-8806 | Central: 0800 2862505